

TONS DO NEGRO NAS MORADIAS URBANAS PERIFÉRICAS: REFLEXOS DO RACISMO BRASILEIRO NA PRECARIEDADE HABITACIONAL E NA NEGAÇÃO DO DIREITO À CIDADE

Dahra Araujo Almudi

Universidade Federal de São Carlos – UFSCar
Departamento de Geografia, Turismo e Humanidades, Sorocaba, SP, Brasil
dahraaraujo123@hotmail.com

Lourdes de Fátima Bezerra Carril

Universidade Federal de São Carlos – UFSCar
Departamento de Geografia, Turismo e Humanidades, Sorocaba, SP, Brasil
lourdescarril@ufscar.br

RESUMO

O espaço urbano brasileiro abarca relações complexas que demandam referenciais teóricos críticos para compreender os conteúdos que se imprimem e edificam formas na cidade. As formas urbanas, na mundialização contemporânea, expressam dinâmicas de uso e ocupação plurais, criando não apenas uma base física e material que constitui a cidade, mas também conteúdos que negam ou afirmam as lógicas de homogeneidade. Assim, as desigualdades pautadas pela cor dos indivíduos se fazem presentes como negação da forma, através da moradia, cujo conteúdo indica a precariedade de habitação aos residentes de pele escura. O objetivo do presente artigo é analisar a situação habitacional de residentes negros, autodeclarados pretos e pardos, num bairro da periferia de Sorocaba (SP), o Jardim Lopes de Oliveira. A intenção está em refletir acerca dos impactos do racismo brasileiro sobre a qualidade de habitação e o direito à cidade. Realizou-se uma análise pautada pela dialética entre fenótipo, classe e lugar, vislumbrando a não linearidade no racismo brasileiro, por meio da aplicação de questionários. Pode-se constatar precariedade habitacional mais acentuada para residentes autodeclarados pretos, evidenciando um racismo que, ancorado no fenótipo, imprime-se no espaço urbano revelando a urbanização crítica.

Palavras-chave: Precariedade de habitação. Segregação socioespacial. Racismo à brasileira.

BLACK NUANCES IN URBAN OUTSKIRT DWELLINGS: REFLEXES OF BRAZILIAN RACISM IN HABITACIONAL PRECARIETY AND IN THE DENIAL OF RIGHT TO THE CITY

ABSTRACT

Brazilian urban space includes complex relations that demand critical theoretical references to understand the imprinted contents that built city shapes. Urban forms in contemporary globalization express plural dynamics of use and occupation, creating not only the physical and material basis that shapes the city, but also contents that deny and state logics of homogeneity. The inequalities determined by individuals' skin color are present as a denial of the shape - by housing - whose content reveals precariousness in the housing of Black skin residents. The aim of this article is to analyze the housing conditions of the Blacks, those self-declared Black and Brown, in a district in the outskirts of Sorocaba city in São Paulo, named Jardim Lopes de Oliveira. The intention is to reflect on the impacts of Brazilian racism on the quality of housing and the right to the city. This research is based on the dialectics among phenotype, class, and place, devising non-linearity in the Brazilian racism, and by means of application of questionnaires. Housing is more precarious among those individuals self-declared Black, which reveals a kind of racism anchored in the phenotype and is imprinted in the urban space revealing a critical urbanization.

Keywords: Housing precariousness. Social-spatial segregation. Brazilian racism.

PERIFERIA-IA

Um urbano mutilado
Peca em ser fenômeno ideal
A vida se mostra aqui como urbano-parcial
Incompleto em dignidade
Periferia de urbano-metade

Pecam em infraestrutura
Pecam ao dar-me espaço de vida dura
Pecam todos os pecados
E me chamam de diabo
Diabo de pele escura

Vida dura
Maleável para ser segregada
Num reduto de escassez
Tenho minha cidade frustrada

Penso as vezes como seria
Trabalho, lazer e moradia
Penso um tanto de cenários
Crio contextos vários
Imagino como seria
Minha paisagem de periferia.

ALMUDI (2020).

INTRODUÇÃO

Ao longo do século XX, ao crescimento urbano não houve respostas concretas às demandas por moradias populares e os impactos continuaram a recair fortemente sobre as famílias negras. Com base em políticas higienistas, se impôs à realidade da cidade um padrão construtivo com exigências impossíveis de se concretizarem para os pobres. Nesse sentido, o Código de Posturas Municipais de São Paulo, de 1886, instituía: “construções com mais de 15 de largura, separação de pelo menos 5m entre cada linha dos cortiços, janelas de no mínimo 90cm, pé-direito de 4m, e 20m de elevação em relação ao solo, etc.” (ROLNIK, 1997 apud CARRIL, 2006, p. 81). Os padrões exigidos pela legislação configuram, assim, uma urbanização contendo linhas de separação entre uma cidade legal e outras ilegais (ROLNICK, 1997). Vê-se, também, uma nítida estratégia a fim de espoliar a população negra para áreas marginais à cidade. A constituição das periferias urbanas, cujo vislumbre das elites estava na possibilidade de se evitar o contato entre as classes sociais, atualizou a segregação espacial e racial urbana, permanecendo presente mesmo quando os condomínios fechados cada vez mais se aproximaram das favelas e periferias de São Paulo, desde o final da década de oitenta.

A espacialização dos territórios negros constitui uma geografia da habitação, seguindo um percurso do quilombo para a favela e dessa, para a periferia (CARRIL, 2015), onde a população negra autoconstrói suas moradias, bem como ergue estratégias para sua sobrevivência. É no reduto de seu habitar que as classes populares vêm experimentando a ilegalidade, muitas vezes, incentivada pelos aparatos legais do Estado, sob as reformas urbanas que reproduzem a:

Falta ou à precariedade de moradia, saneamento, de estabelecimentos de ensino, de tratamento de saúde, de transportes coletivos com a ausência de investimento estatal no urbano. Num aparente paradoxo, a presença do Estado ao estabelecer as condições gerais de reprodução é entendida como ausência do urbano. (ROLNIK, 1997 apud CARRIL, 2006, p. 81).

O presente artigo busca investigar as diferenças de precariedade de habitação entre sujeitos autodeclarados negros no contexto periférico urbano, valendo-se do caso de uma periferia em Sorocaba (SP), o Jardim Lopes de Oliveira. Com o intuito de refletir acerca da centralidade do fenótipo no racismo brasileiro, o estudo debruçou-se sobre esse aspecto relacionando-o à precariedade habitacional, irregularidade do terreno e carência/vulnerabilidade social dos residentes, critérios adotados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2016). A análise relativa a assentamentos humanos precários tem sido foco de estudos em áreas como Arquitetura, Urbanismo,

Geografia, Engenharia, etc, contudo, as diferentes situações e intensidades desses aspectos presentes no bairro estudado revelam relações sistêmicas às quais integramos as relações raciais brasileiras. Verificou-se que estes impactos em qualidade de habitação se objetivam diferencialmente conforme a gradação de cores do residente, sendo assim, negros de pele escura (autodeclarados pretos) e negros de pele clara (autodeclarados pardos) mostraram-se em situações destoantes, apesar de comporem um mesmo grupo étnico, o negro.

A hipótese central deste trabalho é a de que a realidade aqui estudada revelou um capitalismo brasileiro ancorado nas hierarquias das cores socialmente presentes. A partir deste estudo de caso, pode-se compreender que o processo de urbanização, expressando a modernização do país, conservou fundamentos raciais quanto ao acesso à cidadania territorial no local estudado. Calçado pelas linhas ideológicas que endossam a ideia de superioridade para certos sujeitos negros, esse sistema se difundiu perversamente no país a partir da ideia de democracia racial, atribuindo aos negros de pele mais clara o *status* de mais avançados na linha do “progresso”. Forjadas no pensamento racista brasileiro, que fundou o branqueamento como política nacional, tais concepções ganharam corpo na sociedade e se constataram como centrais na espacialização da precariedade habitacional do recorte de estudo.

Nesse sentido, os conceitos de Pigmentocracia (MUNANGA, 2006); Racismo de marca (NOGUEIRA, 2006) e Colorismo (DEVULSKY, 2018 apud FRANCISCO, 2018, p. 103) discutem os argumentos racistas que estão fortemente engendrados na história e geografia brasileiras, sobretudo, no período pós-abolição, que intentaram converter a população preta, gradativamente, a feições de uma população cada vez mais clareada.

O método materialista histórico-dialético foi relevante para compreender o espaço em suas contradições, buscando pensar as transformações do real no contexto histórico e político, como ressalta Damiani (1999). O trabalho não prescindiu de uma base empírica, pelo contrário, foi a partir dela que pudemos desvelar as contradições entre forma e conteúdo. Para isso, foi importante a pesquisa de indicadores institucionais, bem como a aplicação de questionários e entrevistas para delinear a questão da precariedade habitacional. Importante comentar que esse conceito incorpora o que as instituições ligadas aos direitos humanos definem para os assentamentos humanos e às políticas de urbanização e regularização, que são pensadas sobre a ideia de que “uma série de condições devem ser atendidas antes que formas particulares de abrigo possam ser consideradas como moradia adequada”, (SDH/PR, 2013, p. 13). O trabalho contou, também, com aplicação de questionários para levantar estatísticas de habitação e de seus residentes¹.

Partindo da concretude da habitação para pensar o fenômeno da urbanização brasileira e suas contradições, a investigação dá-se pelo exercício analítico e reflexivo da dinâmica dialética entre forma/conteúdo, espaço abstrato/espaço concreto, levando-se em consideração que as práticas espaciais são preñes de negatividades (DAMIANI, 2012, p. 263).

A partir desse aporte teórico e dos caminhos metodológicos elencados, a pesquisa realizada no Jardim Lopes de Oliveira permitiu constatar que, na maior parte do bairro, a precariedade habitacional se faz menos agravada proporcionalmente entre negros de pele clara e a medida inversa se fez para os de pele escura. Apesar de se terem constatado tais medidas, a pesquisa esbarrou com um intrigante e central fato: na região com a maior porcentagem de precariedade, nenhum negro autodeclarou-se preto! Esse aspecto complexificou o debate, exigindo que a compreensão da precariedade extrapolasse aspectos meramente quantitativos e relativos à infraestrutura da moradia, conduzindo a questões qualitativas, como a (des)consolidação da identidade do sujeito negro brasileiro e os processos de alienação envolvidos na construção de uma negritude, às vezes, sem etnicidade (SANSONE, 2003).

Este artigo procura analisar o fenômeno da segregação socioespacial e racial como parte de uma urbanização crítica; a realidade socioespacial do Jardim Lopes de Oliveira será apresentada mediante

¹ Elaborou-se um questionário de modelo semiaberto, contando com perguntas sobre o residente e sua moradia.

o processo histórico geográfico que constituiu a separação dos pobres urbanos a partir das cores, nem sempre declaradas, mas que a pesquisa pôde entrever.

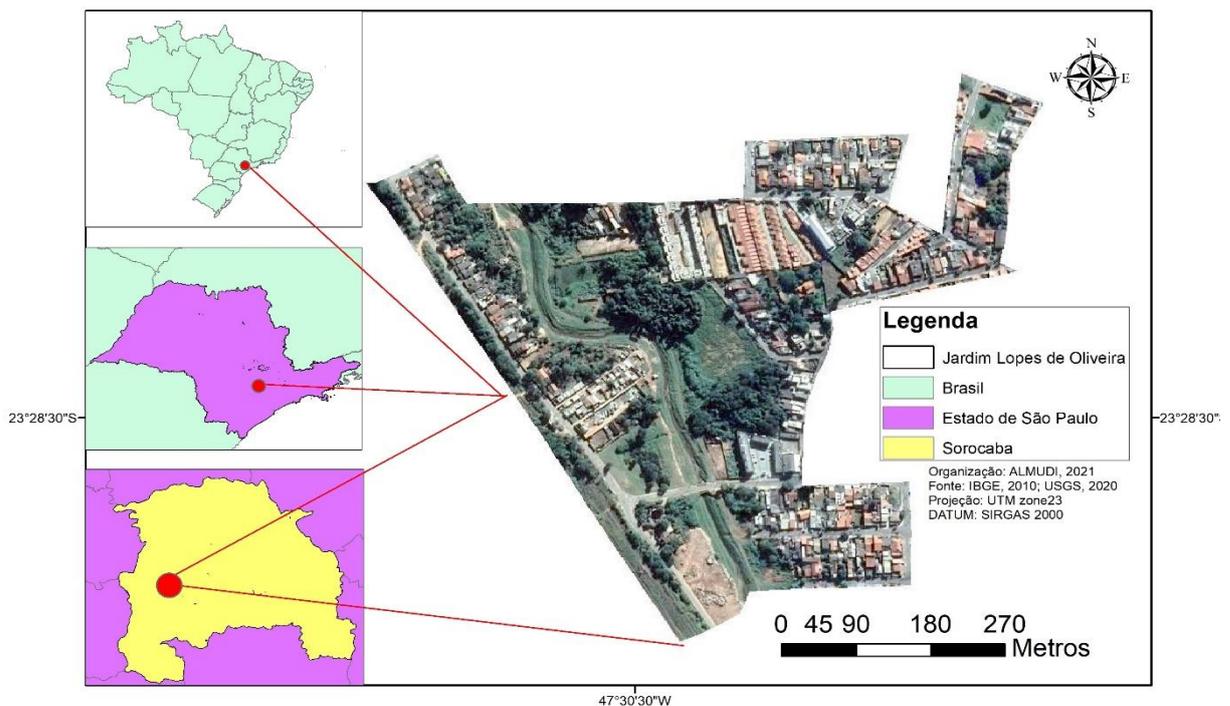
METODOLOGIA

Área de estudo: Jardim Lopes de Oliveira

O bairro Jardim Lopes de Oliveira está localizado na periferia da popularmente chamada "ZN", zona norte da cidade de Sorocaba, no interior do estado de São Paulo. Apesar de mais especificamente encontrar-se numa porção noroeste, o bairro compõe a "ZN" da cidade, envolvendo uma designação genérica que engloba diversos bairros socioeconomicamente desprivilegiados, com pouca infraestrutura urbana e que, em decorrência dessas deficiências, apresenta loteamentos barateados comparados a outras regiões da cidade.

A seguir evidencia-se o mapa de localização do bairro em Sorocaba (SP). Ressalta-se que o Jardim Lopes de Oliveira está representado pelo setor censitário 35522050500040.

Figura 1 - Sorocaba (SP): Localização da área de estudo: Jardim. Lopes de Oliveira, 2020.



Fonte - ALMUDI (2020).

É em relação à dinâmica sorocabana que o "Lopão", como é chamado pelos moradores locais, apresenta um caráter indesejável no urbano. O bairro é considerado pela opinião popular, ao lado de seus bairros vizinhos, Vila Helena, Jardim Rodrigo e Jardim Califórnia, como um local extremamente perigoso, pobre e longínquo, não sendo incomum deparar-se com falas que reproduzem esse imaginário. Uma moradora entrevistada afirma já ter ouvido as frases: "Você não tem medo de morar lá?", "Não é muito perigoso?", "Você vem de muito, muito longe então!", ao dizer morar no "Lopão, perto da Vila Helena"².

² Todas as citações diretas presentes no artigo foram coletadas durante a aplicação de questionários em campo e/ou entrevistas filmadas e referem-se aos comentários feitos por moradores das habitações analisadas. Todos

Esses aspectos corroboram a compreensão do Jardim Lopes de Oliveira na dinâmica da especulação e valorização imobiliária e de sua inserção no mercado de terras da cidade, sucedidas pelo estigma de morar na periferia. A tabela a seguir mostra a valorização de três diferentes espacialidades em Sorocaba; duas periféricas (Jd. Lopes de Oliveira e o “Habiteto”, um conjunto habitacional) e uma área nobre, o Parque Campolim.

Tabela 1 - Sorocaba (SP): Valor por m² de construção em logradouros, 2020.

Bairro	Rua	Código	R\$/m ²
Jardim Lopes de Oliveira	Rua Henrique Carrara Amaral Rogick	35-34-10-01-01	75,67
Conjunto Habitacional Ana Paula Eleutério – “Habiteto”	Rua Zumbi dos Palmares	37-62-76-02-01	38,37
Parque Campolim	Avenida Washington Luiz	43-14-62-05-01	268,69

Fonte - PREFEITURA MUNICIPAL DE SOROCABA (2021).

O que se percebe é que a área nobre, Parque Campolim, possui seu espaço imobiliário mais valorizado que as demais, contando com o valor por metro quadrado de construção mais caro (R\$ 268,69), ao passo que o Jardim Lopes de Oliveira apresenta um valor quase 4 vezes menor (R\$ 75,67). O conjunto habitacional, por sua vez, é o que possui menor valor por m² de construção (R\$ 38,37). Isso nos mostra como a dinâmica de valorização dos espaços implica num processo duplo que decorre não apenas de quem ocupa essas espacialidades, mas do fato de que, a partir da valorização diferencial do solo urbano e de seu valor atribuído, o mercado passará a ditar também quem poderá ali instalar-se.

Importante comentar o processo de urbanização-industrialização de Sorocaba e as contradições envolvidas na dinâmica de evolução da cidade, geralmente, caracterizada como uma cidade média do interior do estado de São Paulo. O município encontra-se a 100km da capital paulista e possui uma área territorial de mais de 450km (IBGE, 2018). Com população estimada de 679.378 pessoas (IBGE, 2019), Sorocaba integra a RMS (Região Metropolitana de Sorocaba), fazendo divisa com a Região Metropolitana de São Paulo e a Região Metropolitana de Campinas, que, juntas, compõem a Macrometrópole Paulista. Segundo a geógrafa Rosalina Burgos, Sorocaba “apresenta-se como um “verdadeiro canteiro de obras”, sobretudo em sua zona norte, fronteira de expansão para os negócios imobiliários e da construção civil, bem como para a implantação de novas instalações industriais.” (BURGOS, 2015, p. 150).

Deve-se ressaltar que os processos socioeconômicos que vêm se desenvolvendo na cidade de Sorocaba extrapolam a simples análise do tamanho da cidade, pois ela se insere, como outras localidades do interior paulista, ao movimento de reestruturação produtiva ocorrida na metrópole, desde os anos 1970. A desconcentração industrial aliada à expansão das rodovias pelo interior paulista levou à imigração de capitais e à modernização urbana, tendo como consequência essa cidade se constituir como lócus promissor para setores produtivos. É exemplo o já consolidado distrito industrial do Éden, no mesmo período, seguido pelo eixo mais recente de investimentos em torno do Parque Tecnológico e da multinacional Toyota, no extremo noroeste da mancha urbana do município. Nessa esteira capitalista, há a formação de suas periferias - uma faceta historicamente recente, caracterizando-se como uma das formas urbanas de segregação. Assim, a forma urbana caracterizada como Região Metropolitana confere estatuto de autonomia sem, contudo, se realizar na

os entrevistados assinaram termo de compromisso e responsabilidade para terem seus dados utilizados para os fins da pesquisa. Os nomes foram preservados.

prática como metrópole. Mas, se faz premente a consideração de que a dinâmica econômica sorocabana se apresenta ligada às relações econômicas próprias à globalização econômica e aos interesses do capital, indicando novas configurações decorrentes desse movimento.

Acerca da relação entre urbanização-industrialização, Lefebvre (2001) comenta que esses eventos acabam por constituir "um processo duplo, ou preferencialmente, um processo com dois aspectos" que envolve na cidade, além dos dois fenômenos que dão nome à dinâmica, "crescimento, desenvolvimento, produção econômica e vida social" (idem, p.16). Convencionou-se chamar Sorocaba de "Manchester paulista"³, comparação feita em relação à cidade inglesa, para descrever sua efervescência industrial que se acentuava desde os anos de 1890, com a instalação de indústrias têxteis e com seu crescente discurso modernizador, endossado por médicos, advogados, jornalistas; pelas elites e camadas médias do município.

Essa perspectiva modernizadora trouxe à tona um cenário em que "novas concepções sobre como deveria ser o ordenamento urbano começam a vicejar de forma mais significativa" (CARVALHO, 2004, p. 205), implicando em modificações que, no caso de Sorocaba, fez-se repensar a movimentação comercial e diversificação econômica da cidade, que se concentrava ainda fortemente no tradicional comércio de muare. Esse tipo de comércio era visto como um empecilho à cidade, já que o trânsito de animais desgastava as ruas do centro da cidade, dificultava a instalação de iluminação e abastecimento de água, além de ser considerado uma ameaça à salubridade pública. Todo esse anseio por remodelações, ainda no século XIX, buscava promover melhoramentos urbanos e medidas embelezadoras, como a construção de parques e arborização de logradouros, valendo-se grandemente da imprensa local para impulsionar os atos institucionais e vender a imagem de uma Sorocaba de modernização (CARVALHO, 2004). Importante ter em mente o caráter excludente da modernidade brasileira, como bem explicita Florestan Fernandes, quando diz que:

A modernização implica o aburguesamento de determinadas camadas sociais e, ao mesmo tempo, a reprodução de uma massa crescente da população condenada à vida precária, no corpo da apropriação, pelas economias centrais, das maiores quotas do excedente econômico gerado. (FERNANDES, 1981 apud DAMIANI, s/d, p. 3).

É nessa dinâmica que se compreende uma realidade complexa e contraditória do tecido urbano, que, ao ser tomado de assalto pela industrialização, (re)modela seu modo de viver e, portanto, a própria sociedade urbana (LEFEBVRE, 2001). Na medida em que Sorocaba cresce e se projeta para fora como um exemplo de modernidade, ao mesmo tempo comporta uma grande massa popular que busca loteamentos baratos para se instalar, constituindo redutos carentes em infraestrutura pública, revelando limites no ideal de modernidade. Esse é o caso do Jardim Lopes de Oliveira que, até hoje, apresenta graves problemáticas. O que se constata, portanto, é uma urbanização crítica (DAMIANI s/d, p. 5), que ainda hoje revela realidades socioespaciais em que a qualidade de vida e o direito a uma cidade adequada se veem frustrados para alguns. É a própria "impossibilidade do urbano para todos, a não ser que se transforme radicalmente a base de produção e reprodução sociais" (DAMIANI, s/d, p. 5). O Jardim Lopes de Oliveira, como bem explicou uma moradora entrevistada: "Ah... é um bairro esquecido, falta um monte de coisa, o povo não tem creche, não tem postinho direito, tudo lotado. Não tem nem asfalto lá embaixo perto do córrego". Complementa ainda dizendo: "É uma palhaçada, viu!" (moradora do bairro, 56 anos). Um pouco dessa realidade conferimos nas imagens a seguir.

A Figura 2 expressa a insatisfação da população do bairro. Pode-se ver na fotografia da ponte, situada sobre o Córrego Itanguá, uma intervenção com os seguintes dizeres: "Parabéns, 365 anos e a comunidade continua sem asfalto?". No aniversário de 365 anos do município, se questiona a ausência de asfaltamento no Jardim Lopes de Oliveira, o qual historicamente constitui-se como um reduto da população pobre na cidade, uma vez que sua escassez em infraestrutura e serviços urbanos acabou por acarretar em terrenos mais baratos que em outras regiões do município. Esses terrenos, no final da década 1970, passaram a representar o espaço possível para a classe trabalhadora, pobre e migrante. Depoimentos dados por moradores à pesquisa trazem à tona essa realidade, que relembram o "Lopão" quando para lá se mudaram.

³ Colocação feita pela primeira vez no início do séc. XX por Alfredo Maia, superintendente da Estrada de Ferro Sorocabana, comparando-a com a cidade de Manchester, na Inglaterra. (CARVALHO, 2004, p. 205).

Figura 2 - Sorocaba (SP): Ponte sobre Córrego Itanguá no Jardim Lopes de Oliveira, 2019.



Fonte - ALMUDI (2019).

Já Figura 3, abaixo, mostra uma habitação no Jardim Lopes de Oliveira. Chama-se atenção para a inexistência de revestimento nas paredes externas, utilização de telhas de fibrocimento/*Eternity* na cobertura, bem como presença de tubulação exposta. Esses aspectos apresentam-se como precários, na medida que afetam a segurança estrutural da moradia, bem como a salubridade e conforto térmico. Além disso é possível notar um desnível no terreno que aparenta ter, abaixo da habitação apresentada na figura, uma portinhola conduzindo à outra moradia.

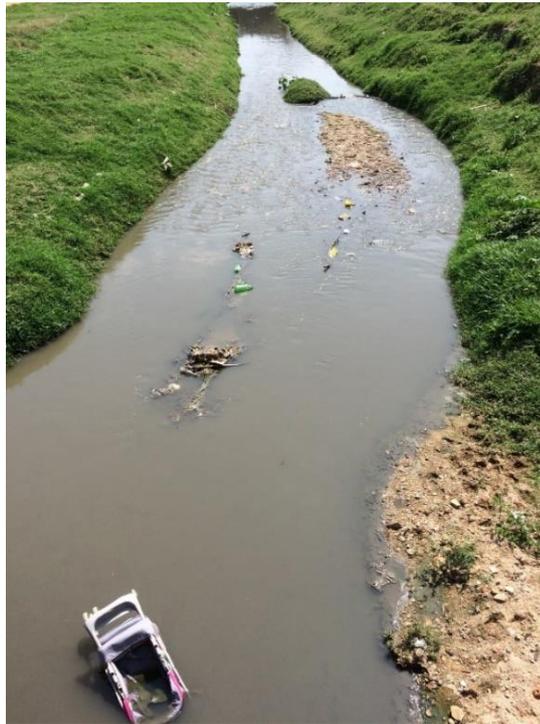
Figura 3 - Sorocaba (SP): Fachada de moradia no Jardim Lopes de Oliveira, 2019.



Fonte - ALMUDI (2019).

Abaixo, na Figura 4, tem-se uma visão do curso do Córrego Itanguá em sua extensão presente no bairro. Chama-se atenção para presença de lixo e para o processo de assoreamento por acúmulo de sedimentos na lateral direita e central do curso d'água.

Figura 4 - Sorocaba (SP): Córrego Itanguá no Jardim Lopes de Oliveira, 2019.



Fonte - ALMUDI (2019).

Urbanização crítica e habitação

As imagens anteriormente observadas demonstram a edificação desigual da cidade em que se compreende uma urbanização crítica, pondo em xeque a ideia de distribuição democrática e plena da modernização, da tecnologia, da informação e das benfeitorias no tecido urbano. É justamente por ser crítica que é também frustrada, já que não atinge a todos democraticamente, levando uma grande parcela da população a criar estratégias próprias para sua sobrevivência, seja na autoconstrução de suas moradias ou na obtenção de sua renda por meios informais. Sobre o caráter crítico da urbanização Damiani (2009) afirma que:

O desenvolvimento das forças produtivas sociais, absorvidas pelo capital, cada vez mais financeirizado, se resolve socialmente, inclusive, comportando restos de técnicas, inseridos na vida cotidiana urbana. Nas imensas periferias, a dos centros histórico e expandido das cidades, ou a do seu entorno, cada vez mais amplo e distanciado, metropolitano, prevalece a baixa composição orgânica do espaço, que aparece como falta de infraestrutura urbana. Designamos por urbanização crítica. O movimento é ir distanciando os espaços periféricos e ir constituindo novas centralidades econômicas metropolitanas. (DAMIANI, 2009, p. 47).

Nesse contexto, se insere a negação histórica do direito à cidade para a população negra brasileira. A centralidade do processo de acumulação capitalista brasileiro na superexploração da força de trabalho acaba por ser um dos importantes fatores da crise de reprodução social que envolve a precariedade de moradia dessa população. Ao longo da história, negros vêm (re)existindo no decurso de uma segregação racial do trabalho, dos acessos e oportunidades, sendo relegados aos espaços carentes e empobrecidos da cidade. A desigualdade capitalista, hoje, acentuada pela financeirização do capital, valorização do espaço e precarização do trabalho, reatualiza tal negatividade indissociável do acesso à habitação desse segmento étnico nos termos de uma urbanização crítica.

As complexidades que permeiam o espaço urbano brasileiro compõem um mosaico cujas peças são diversas; culturais, econômicas, étnico-raciais, materiais, simbólicas etc. Essa miscelânea de conteúdos imprime diferentes formas que edificam o espaço urbano e passam a expressar dinâmicas de uso e ocupação plurais, criando não apenas uma base física e material que constitui a cidade, mas também sua dinâmica qualitativa. A habitação, por sua vez, passa a ser uma forma urbana que, ao mesmo tempo que conta com uma dimensão material, permite refletir também aspectos simbólicos de seus residentes e da espacialidade que integra. É então que se vê necessário discutir a habitação, buscando entender as diferenças de conteúdos implicados. Segundo Suzana Pasternak: "Quando se fala em habitação, leva-se em conta não só a unidade habitacional, mas também os aspectos de

integração dessa unidade na trama urbana, além do grau de atendimento a serviços de infraestrutura e equipamento social.” (PASTERNAK, 2016, p. 51).

A habitação, portanto, apresenta-se como conceito que melhor permite contemplar as discussões aqui tecidas, na medida que amplia os conceitos de moradia e domicílio. A moradia refere-se às qualidades tanto materiais, quanto à infraestrutura e edificação da habitação, é “o espaço físico construído, de uso urbano ou rural, destinado à finalidade de morar ou residir (...)”⁴. Já o domicílio caracteriza-se pelo caráter técnico-sistemático, uma vez que, usado por órgãos e instituições oficiais, como o IBGE, baliza o processo de levantamento de dados e elaboração dos censos nacionais. Serve de base conceitual para definição, classificação e análise rigorosa do “local estruturalmente separado e independente que se destina a servir de habitação a uma ou mais pessoas, ou que esteja sendo utilizado como tal na data de referência” (IPEA, s/d, p. 3). Entendendo o caráter da infraestrutura da moradia e a sistemática do domicílio, a habitação amplia a compressão para um reduto que, além de contar com características materiais e estatísticas, é elemento integrado à dinâmica urbana capitalista. Com base no exposto, é possível relacionar a variável de raça/cor à estrutura intrínseca do modelo socioeconômico brasileiro, pautado no poder aquisitivo individual para conquistar a moradia, esta que é uma necessidade que decorre da própria situação humana na sua relação com a sociedade e o espaço social. Para além da edificação material tudo o que concerne à infraestrutura e que permite o trânsito e o bem viver, habitar, morar, seriam o encontro do ser consigo próprio simbólica e concretamente. Nas palavras de Heidegger:

Na verdade, porém, aí se abriga algo muito decisivo: o fato de não mais se fazer a experiência de que habitar constitui o ser do homem, e de que não mais se pensa, em sentido pleno, que habitar é o traço fundamental do ser-homem. (HEIDEGGER, 1954).⁵

Portanto, o que o racismo à brasileira ainda representa na concretude da vida social dos negros nas metrópoles e da cidade senão continuar a desumanizá-lo?

Racismo à brasileira e a raça/cor na cidade

Num contexto de mais de 200 milhões de pessoas, tornam-se essenciais reconhecer e analisar a situação em que se encontra a maior parcela étnico-racial que compõe essa massa populacional brasileira. Negros no Brasil compõem cerca de 54% da população, somando 95,9 milhões de pardos e 16,8 milhões de pretos⁶.

É na complexidade de um racismo pigmentocrático (MUNANGA, 1999), isto é, de uma desigualdade direcionada pela quantidade aparente de pigmento na pele do indivíduo, que se constitui o urbano brasileiro. Sobre isso, Harris (2008) afirma:

Mais especificamente, a “ocracia” na pigmentocracia traz consigo noções de valor hierárquico que os espectadores colocam em tais tons de pele. Tons de pele mais claros são, portanto, mais valorizados do que tons de pele mais escuros. Tais preferências têm implicações sociais, econômicas e políticas, já que pessoas de tons de pele mais claros eram frequentemente -e estereotipicamente- vistas como mais inteligentes, talentosas e socialmente graciosas do que suas contrapartes negras mais escuras. Negros mais escuros eram vistos como não atraentes, de fato feios e geralmente considerados de menor valor. (HARRIS, 2008, p.32 apud FRANCISCO, 2018, p. 103).

Os processos históricos engendrados no período colonial escravista implicaram em um tipo de racismo à brasileira. Este, diferenciando-se, por exemplo, dos Estados Unidos da América como bem explicitou o sociólogo Oracy Nogueira (2006). Para o autor, ao passo que o racismo brasileiro se realiza ao discriminar o sujeito pela estética (cor de pele, cabelo etc.), sendo assim, de marca, o dos Estados Unidos da América seria um racismo de origem, pois para discriminar basta supor que um indivíduo descenda de certo grupo étnico. O modelo do racismo que se encontra no Brasil é aquele que julga pelo fenótipo, ou seja, pelas características físicas do sujeito. Sendo assim, torna-se relevante refletir esse processo na espacialização urbana brasileira, buscando compreender as especificidades históricas de sua formação socioespacial. A segregação socioespacial tem sido trabalhada na Geografia a partir de estudos das desigualdades materializadas e aprofundadas no espaço da cidade (RODRIGUES, 1988). Nossa pesquisa tem indicado que a desigualdade possui cor e se aprofunda em sua gradação de tons. Interessante refletir rapidamente, em termos comparativos,

⁴ Definições da LEI Nº 11.022, de 16 de dezembro de 2014, p. 34.

⁵ Conferência pronunciada por ocasião da "Segunda Reunião de Darmstadt", publicada em *Vortage und Aufsätze*, G. Neske, Pfullingen, 1954.

⁶ Estes são dados de 2016 da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua realizada pelo IBGE. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/18282-populacao-chega-a-205-5-milhoes-com-menos-brancos-e-mais-pardos-e-pretos>>. Acesso em: 01. de abr. 2020.

que a segregação socioespacial e racial aqui discutida demonstra diferenças em relação aos guetos norte-americanos. Esses redutos são retratos evidentes da segregação (WACQUANT, 1996), localizando populações marginalizadas, como a negra e a latina, em territórios específicos e pouco integrados na cidade⁷. No caso do Brasil, vê-se que, também, a segregação de populações etnicamente discriminadas a espaços periféricos e marginalizados se faz presente, mas com peculiaridades próprias e derivadas de pensamentos e práticas racistas fundadas em políticas assimilacionistas⁸, ideologicamente formuladas sob um projeto de nação miscigenada e difusora de uma falsa ideia de harmonia.

Compreendendo, portanto, o direcionamento de discriminações com peculiaridades para negros de contrastantes tons de pele que se entende o Colorismo como a tecnologia do racismo capaz de objetivar perversamente a precariedade de moradia também com diferenças para esses sujeitos. Sobre isso, Alessandra Devulsky explica:

O colorismo está baseado na ideia de que existe um fenótipo (isto é, um conjunto de características físicas) normalizado: o europeu. O ideal, segundo essa lógica, é ser alto, ter a pele clara e os traços que remetem à "raça ariana". Quanto mais próximo se chega disso, maior a percepção de competência e beleza dessa pessoa. (DEVULSKY, 2018 apud FRANCISCO, 2018, p. 103).

A análise da autora sobre a normalização de um tipo ideal é importante para o caso brasileiro que mostra existirem diferentes discriminações para negros de pele escura e clara, neste caso, em agravamentos de precariedade de habitação. Importante ressaltar que não se trata de uma "disputa" sobre quais são as opressões mais profundas, mas apenas de "entender de que modo o racismo penetra nas nossas vidas, nas relações interpessoais, e como isso se constrói historicamente". (DEVULSKY, 2018, s/d, apud FRANCISCO, 2018, p. 103). A depreciação da figura do sujeito negro brasileiro mostra, portanto, que "quanto mais preto você é, mais abaixo na linha de acesso e possibilidade social e econômica você está"⁹. Esse assunto relaciona-se ao processo de mestiçagem no Brasil, que gradativamente buscou branquear a população brasileira, na medida em que peles cada vez mais claras eram compreendidas como progresso ao país. Nesse sentido, a pele negra clara, expressada no mestiço, seria um benéfico afastamento da ancestralidade e identidade negras, segundo teorias raciais da época. (MUNANGA, 1999).

Nesse sentido, a negação do direito à cidade objetiva-se ao sujeito negro de maneira diferencial, na medida em que é segregado às áreas de escassez e pobreza, mas também tem seu corpo subjugado, uma situação em que "o próprio corpo é uma favela que se locomove"¹⁰. Importante comentar a não compactuação deste trabalho com linhas de pensamento que buscam deslegitimar ou questionar companheiros negros de pele clara, atenuando em algum grau suas vivências, o que é, além de grave, um grande erro. Reforça-se que o objetivo aqui adotado é o de investigar os reflexos do racismo brasileiro sob a ótica da precariedade habitacional, atentando para as diferenças de seus impactos para negros de diferentes fenótipos a fim de entender a complexidade da discriminação sistemática que é o racismo, o qual deve ser levado em conta nos processos próprios da consolidação de uma geografia racial das cidades.

A precariedade segundo cores

Para fins logísticos de aplicação dos questionários, o bairro Jardim Lopes de Oliveira foi dividido em 4 subáreas¹¹, que contaram com critérios de semelhança fotogramétrica, identificadas através de imagem de satélite para serem definidas, envolvendo a variável do tipo de espécie de domicílios que apresentavam (IPEA, 2010). Os dados levantados foram tabulados estatisticamente, a fim de se elaborarem as porcentagens de precariedade para cada subárea, bem como sua concentração para negros, envolvendo sempre análise crítica dos resultados para então espacializar o fenômeno estudado através de mapas, dado seu caráter essencialmente geográfico.

⁷ Cabe ressaltar a necessidade de mais estudos comparativos sobre o tema, com o cuidado ao tratar o conceito de guetos norte-americanos, evitando reducionismos como as noções de redutos desorganizados ou exóticos. Sugere-se a leitura de Wacquant (1996).

⁸ Ver SCHWARCZ, 1993, p. 23-67.

⁹ Fala da arquiteta e urbanista Tainá de Paula durante o evento Flup Digital, no painel online "Quilombo de afetos", em 2 de junho de 2020.

¹⁰ Fala da arquiteta urbanista, escritora e pesquisadora de direito à cidade Joice Berth durante o evento Flup Digital, no painel online "Quilombo de afetos", em 2 de junho de 2020.

¹¹ Importante comentar que a Subárea 4, última porção destinada à análise pela pesquisa, não fora envolvida no estudo, uma vez que a exigência de isolamento social imposta pela pandemia de Covid-19 impôs a impossibilidade de aplicação de questionários na área em 2019. Nesse sentido, sob os critérios de 90% de confiabilidade e 5% de erro amostral, a amostra de cada subárea correspondeu a 10% do total domicílios do bairro, tendo sido aplicados 15 questionários em cada subárea, compondo um total de 45 questionários.

A tabulação estatística deu-se ao atribuir pontos de precariedade às moradias na medida em que o residente afirmasse, através do questionário, situações como adensamento excessivo, terreno em situação irregular, pouca circulação de ar na moradia, etc. Ao total 9 variáveis foram levadas em conta pelo estudo, abrangendo aspectos de precariedade de habitação, irregularidade do terreno e carência/vulnerabilidade do residente. Cada uma das variáveis, se apresentada em situação precária, poderia somar um ponto, sendo assim, quanto mais pontos acumulados pela habitação, mais precária sua situação. Ao final, foram somados os pontos de precariedade das moradias de cada subárea e, esses, transformados em porcentagem em relação ao total de pontos possíveis (100% de precariedade). A partir dessa porcentagem de precariedade da subárea, verificou-se quantos pontos concentraram-se em moradias de residentes autodeclarados pretos e pardos, comparativamente.

Tendo em vista as diferentes variáveis contempladas pelas tipologias de precariedade, irregularidade e vulnerabilidade (IPEA, 2010), a pesquisa envolveu aspectos de cada uma dessas para criar panorama integrado. Conforme mostra a Tabela 2 a seguir, as variáveis levadas em conta para analisar as subáreas foram:

Tabela 2 - Sorocaba (SP): Relação de variáveis por tipologia utilizadas na análise do Jardim Lopes De Oliveira, 2019.

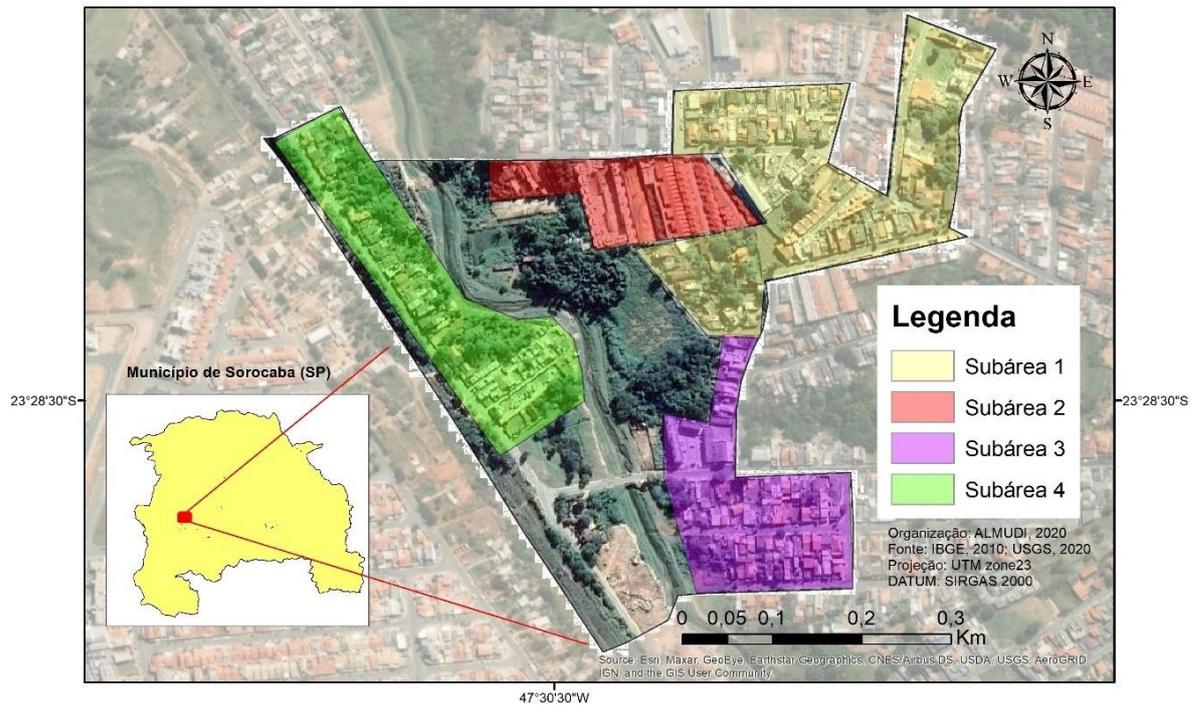
Tipologia	Variáveis
Precariedade	<ol style="list-style-type: none"> 1. Cobertura da moradia: precária quando feita com telhas que apresentam desconforto térmico¹²; 2. Ventilação e circulação de ar: precária quando o número total de janelas por cômodo era menor que 1; 3. Incidência de luz solar: precária quando a moradia não recebe incidência de luz solar em nenhum momento do dia; 4. Banheiro interno: precário quando a moradia não apresenta banheiro dentro de sua construção; 5. Adensamento: excessivo quando o número de residentes por dormitório é maior que 3; 6. Parede externa: precária quando sem revestimento;
Irregularidade	<ol style="list-style-type: none"> 7. Delimitação do terreno: irregular quando diferente das definições de parcelamento municipal oficial, isto é, quando declarado pelo residente que a delimitação do terreno se deu pelo próprio dono/dono anterior ou quando afirmou não saber sobre a definição de limites da área;
Carência/ Vulnerabilidade Social	<ol style="list-style-type: none"> 8. Escolaridade: baixa quando o residente afirmou ser analfabeto ou ter, no máximo, cursado ensino fundamental; 9. Ocupação profissional: carente/vulnerável quando o cargo possui baixa remuneração, é informal ou o residente declarou-se desempregado.

Fonte - ALMUDI (2020).

Buscando entender a ocorrência espacial de tais variáveis, a pesquisa investigou as subáreas, isto é, regiões do bairro, que se apresentaram com as seguintes características: Subárea 1 (domicílios com acesso direto à logradouros); Subárea 2 (pequenos condomínios horizontais e condomínio de *kitnets*); Subárea 3 (domicílios com acesso direto à logradouros e condomínio de *kitnets*). Essa divisão é explicitada no mapa a seguir:

¹² Ressalta-se que foram levados em consideração telhados de fibrocimento/*Eternity* como precários, devido ao desconforto térmico associado a esse tipo de cobertura e também à possibilidade de presença do altamente tóxico amianto em sua composição.

Figura 5 - Sorocaba (SP): Mapa de subáreas no Jardim Lopes de Oliveira, 2020.



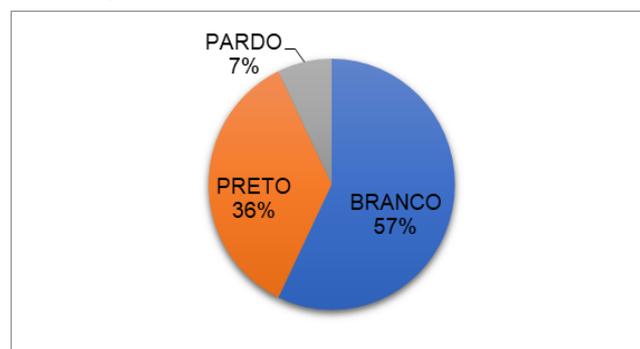
Envolvendo as variáveis citadas e as delimitações de área feitas no recorte do estudo, a seguir estão algumas constatações de precariedade habitacional segundo a raça/cor dos residentes:

Subárea 1

A subárea 1, primeiro local do Jardim Lopes de Oliveira em que se aplicaram os questionários, apresentou ser uma região aberta para participar da pesquisa. Os questionários foram aplicados sem grandes dificuldades, não gerando desconfiança ou relutância por parte dos respondentes.

Em maneira geral, o que se pôde perceber fora uma contabilização de 13% de precariedade, irregularidade e carência sobre as habitações da região. Do total de impacto (100%) notou-se que 57% direcionaram-se para habitações de residentes brancos e 43% assolaram habitações de residentes negros. Importante frisar que a maior parte dos respondentes na subárea autodeclarou-se branca. Desses 43% de impacto à parcela negra, a maior parte assolou moradias de residentes autodeclarados pretos (36%), enquanto o impacto para moradias de pardos fora menor (7%).

Figura 6 - (Sorocaba, SP): Gráfico de distribuição dos impactos de precariedade às habitações por raça/cor do residente na Subárea 1, 2020.



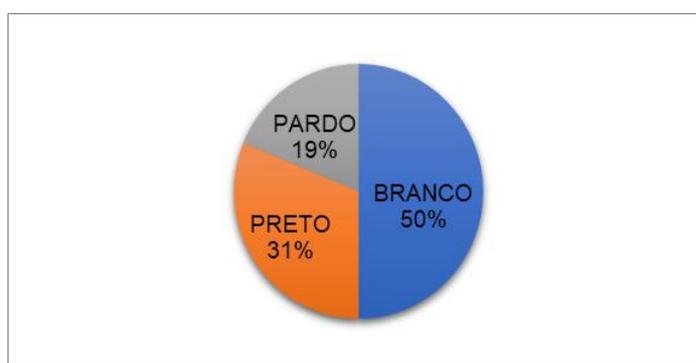
Fonte - ALMUDI (2020).

Subárea 2

A subárea 2, segundo recorte espacial em que se aplicaram questionários, apresentou-se de maneira bastante diferente das demais. Tratamos aqui de condomínios fechados, mesmo que de pequeno porte e no urbano periférico (BURGOS, 2013). Houve grande dificuldade para levantar os dados. Essa intenção demandou incontáveis conversas com síndicos e burocracias destinadas à conversa dos moradores para aprovação de uma visita. O que se percebeu é que esta subárea apresentou 9% de precariedade, irregularidade e vulnerabilidade/carência, a menor porcentagem encontrada. Compreende-se tal fato devido à maior capacidade de garantia de padrões de habitabilidade adequados pela construção não informal de habitações, isto é, pelas construtoras dos condomínios. O que não garante habitações isentas de algumas problemáticas, como se constatou.

Analisando os impactos de precariedade para a população negra dos condomínios que, ressaltamos aqui, era enxuta e representada em maioria por autodeclarados pardos, nota-se que ela também se concentrou mais em habitações de autodeclarados pretos (31%) do que na de pardos (19%).

Figura 7 - (Sorocaba, SP): Gráfico de distribuição dos impactos de precariedade às habitações por raça/cor do residente na Subárea 2, 2020.



Fonte - ALMUDI (2020).

Subárea 3

Por fim, a aplicação dos questionários na subárea 3 ocorreu com certa facilidade. Os residentes apresentaram-se abertos para participar da pesquisa, no entanto, notou-se grande dificuldade por parte dos mesmos em definir respostas às perguntas sobre si ou no entendimento de algumas palavras e termos presentes no documento. Esse fato, sem dúvidas, associa-se à notável carência de escolaridade constatada na área.

A realidade socioespacial da subárea 3 apresentou a maior porcentagem de impacto às habitações, constituindo 18% de porcentagem de precariedade, irregularidade e carência. Esses impactos distribuíram-se de maneira a concentrar-se 5% em habitações de residentes sem autodeclaração de raça/cor, 30% em habitações pardos e 65% em habitações de brancos.

Figura 8 - (Sorocaba, SP): Gráfico de distribuição dos impactos de precariedade às habitações por raça/cor do residente na Subárea 3, 2020.



Fonte - ALMUDI (2020).

O dado importante de que nenhum respondente da subárea 3 autodeclarou-se preto permite reconhecer que, apesar de essencial e facilitador, o levantamento de dados quantitativos e o tratamento estatístico dos mesmos apresentam evidentes limites para tecer uma discussão crítica da realidade, sendo necessário análises mais profundas.

Englobar o componente humano em perspectiva dialógica, isto é, dar abertura para que o sujeito seja responsável por declarar sua identidade étnico-racial¹³ abre brechas para virem à tona subjetividades, e, com isso, a dificuldade da construção da identidade racial brasileira que, sem dúvidas, refletiria nas respostas do questionário. Sendo assim, acredita-se que a situação apresentada por esta subárea seja evidência da complexidade do debate étnico-racial brasileiro e das contradições do espaço urbano.

O que se entende é que a não autodeclaração de pretos esteja longe de representar a inexistência desses na subárea, mas sim o próprio processo alienante que é a (des)consolidação da identidade negra no Brasil. Esse processo torna-se estratégia, sobretudo para pessoas pretas, a fim de criar mecanismos, consciente ou inconscientemente, a fim de afastar-se de uma etnicidade historicamente hostilizada. Entende-se então que a não autodeclaração preta na subárea 3 perpassa por esse aspecto e, por isso, não deve ser entendida como a ausência de negros de pele escura nessa região, que se mostrou ser justamente a mais precária. Entende-se, na verdade, que esse fato seja a ênfase de que a precariedade de moradia e a carência de escolaridade agudizam também características subjetivas e de autocompreensão do sujeito urbano. Sobre isso, SANSONE (2003) afirma que, a partir dos anos 1930, as relações raciais brasileiras centraram-se no mito da democracia racial, afirmando falaciosamente a harmonia na convivência plurirracial no Brasil, gerando relações raciais ambíguas, que culminaram em "uma certa informalidade no contato social e nas relações com pessoas de cor e classes diferentes, bem como uma ausência de distinções raciais claras [...]" (SANSONE, 2003, p. 10). O antropólogo explica ainda que:

Nas classes mais baixas, esse mito popular coexiste com a minimização da diferença de cor nas práticas sociais, com momentos de intimidade extrarracial e com a criação de estratégias individuais destinadas a reduzir a desvantagem racial. Isso fica particularmente óbvio em certas áreas, como a vida familiar e o lazer. Infelizmente, em algumas situações, essas estratégias individuais associam-se a tentativas problemáticas de manipular a aparência física negra no cotidiano (a exemplo de alisar o cabelo) que se baseiam no pressuposto de que existe, na sociedade brasileira, uma incompatibilidade básica entre ser negro e ter prestígio social. (SANSONE, 2003, p.11)

Nessa seara complexa e ambígua, a autodefinição negra se faz um desafio. A subárea 3, a mais precária de todas as regiões do bairro analisadas, trouxe a questão do autodeclarar-se racialmente como um nítido impasse aos respondentes que, em grande parte, afirmavam não saber sua raça/cor, e, em alguns casos, assinalaram mais de uma opção de raça/cor para si. Essa ambiguidade foi presenciada na aplicação de questionários, conforme mostram as seguintes falas coletadas: "Ó, morena não sou... Esse aqui também não. Branca será?"; "Sou meio moreno, pardo, não sei..."; "Olha, não sei, vou colocar o que tá na certidão", "Acho que sou morena clara, né?!".

Não coincidentemente viu-se nessa região uma realidade com, pelo menos, 60% da população em carência de escolaridade, além do fato de ter sido a única subárea em que 100% dos respondentes afirmaram, importante dizer que veementemente, acreditar não haver qualquer relação entre raça/cor e situação de moradia.

A fim de dar visão integrada sobre o Jardim Lopes de Oliveira, citaremos agora algumas informações gerais constatadas. Viu-se uma realidade em que 42% da população é negra, sendo a maioria autodeclarada parda (28%) e a minoria autodeclarada preta (14%); 42% dos residentes possuem carência em escolaridade (estudaram, no máximo, até o ensino fundamental). Além disso 47% ocupam cargos vulneráveis (atividades em informalidade, com baixa remuneração ou em situação de desemprego).

No panorama habitacional, viu-se que 29% dos terrenos estavam em situação irregular (com delimitação diferente dos critérios municipais de parcelamento do solo urbano); sendo 7% das moradias com adensamento excessivo (3 ou mais residentes por dormitório); tendo 4% das habitações do bairro em situação de não incidência de luz solar. Além disso, 33% das moradias apresentaram cobertura precária (telhados de fibrocimento/*Eternity*).

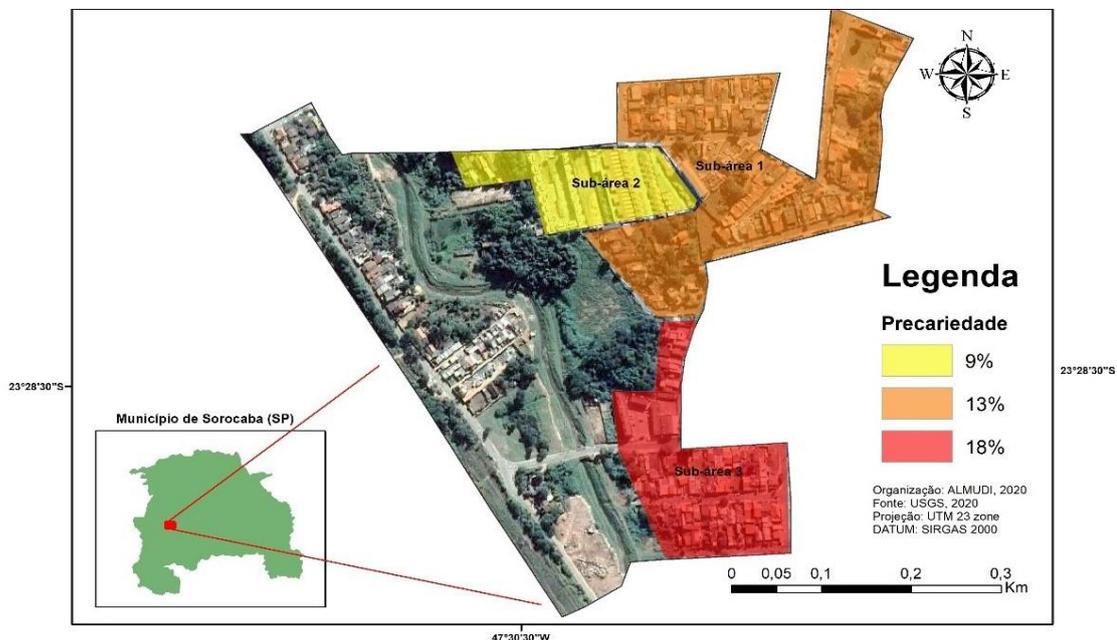
¹³ Conforme faz a metodologia oficial de levantamento de dados sobre autodeclaração racial do IBGE.

Outro dado interessante é o de que 86% dos residentes do bairro afirmaram não acreditar haver qualquer relação entre sua raça/cor e a situação de sua moradia.

O que se percebe, finalmente, é que a população negra se fez presente em todas as subáreas do bairro, tanto nas com maior porcentagem de precariedade, irregularidade e vulnerabilidade/carência quanto nas menos afetadas por essas tipologias. Desconsiderando-se a parcela em que não houve autodeclaração de pretos, sobre a qual já discutimos criticamente, em todas as demais regiões analisadas, a parcela de autodeclarados pretos apresentou-se em situação agravada em relação aos autodeclarados pardos. Sobre a dialética encontrada na subárea 3, entendeu-se essa região em que não houve autodeclaração de pretos e com a maior porcentagem de impactos de precariedade, carência em escolaridade, além de grande ambiguidade nas autodefinições de raça/cor dos residentes, que os impactos de negação do direito à cidade se fizeram latentes, principalmente através do acesso à habitação digna e à educação, perpassando também aspectos subjetivo-qualitativos. Essa situação evidencia a dificuldade em estabelecer um processo de racialização consciente e reflexivo no sujeito periférico urbano, dotado de um viver-habitar precário na cidade.

Para melhor compreender os dados constatados e as informações aqui discutidas, os seguintes mapas mostram a espacialização das porcentagens de precariedade no bairro por regiões (subáreas), bem como a proporção de distribuição dessa para pretos e pardos. O mapa da Figura 9 mostra as três subáreas analisadas, assumindo uma estratégia coroplética para analisar a precariedade habitacional, que assume uma escala gradativa de cores do amarelo ao vermelho. Essa perspectiva mostra, em ordem de menos para mais precária, respectivamente, Subárea 2 (em amarelo e com 9% de precariedade); Subárea 1 (em laranja e com 13% de precariedade) e Subárea 3 (em vermelho e com 18% de precariedade).

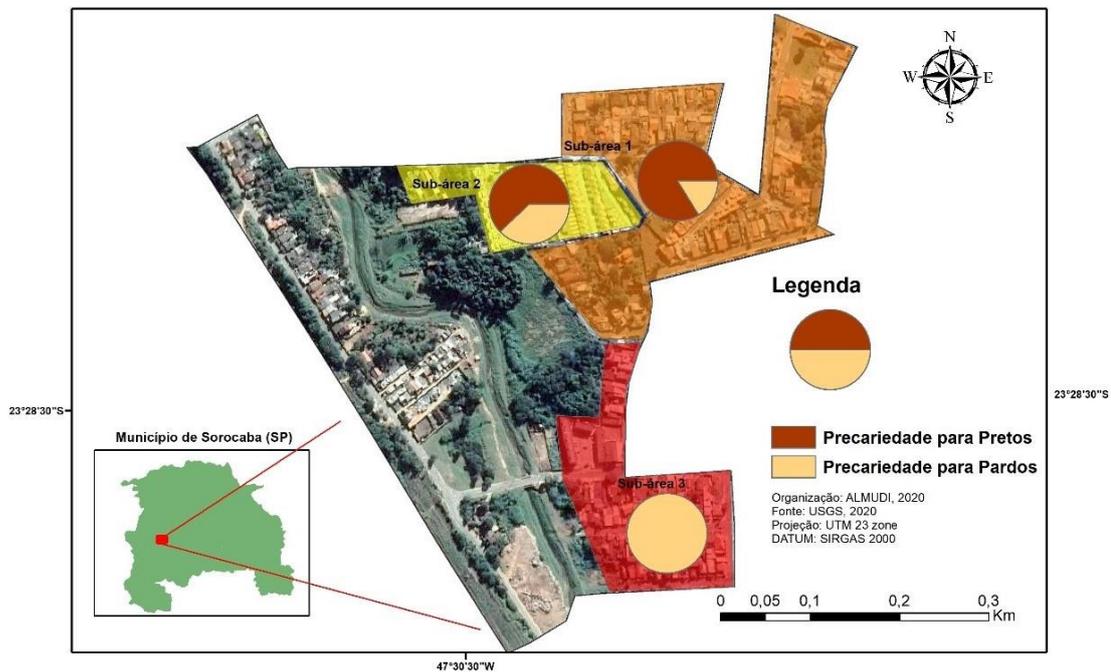
Figura 9 - Sorocaba (SP): Mapa de distribuição de precariedade habitacional por subárea no Jardim Lopes de Oliveira, 2020.



Fonte - ALMUDI (2020).

Já o mapa da Figura 10 abaixo mostra a proporção dessas precariedades para a população negra, especificando-a em pretos e pardos, que passam a assumir as cores marrom escuro e claro num gráfico circular proporcional.

Figura 10 - Sorocaba (SP): Mapa de proporção de distribuição de precariedade de moradia entre pretos e pardos no Jardim Lopes de Oliveira, 2020.



Fonte - ALMUDI (2020).

O que se percebe é que na maior parte do mapa acima a cor marrom escura ocupa a maior parte dos círculos, representando a precariedade em habitações de residentes pretos. Já a cor marrom clara, representante da precariedade para habitações de pardos, ocupa a menor parte. Isso evidencia uma maior concentração proporcional de precariedade para habitações de residentes autodeclarados pretos. No caso da Subárea 3, o círculo é ocupado apenas pela cor marrom clara, mostrando a precariedade para pardos, uma vez que não houve declaração de pretos nessa região.

As figuras aqui apresentadas retratam aquilo que a pesquisa cencebeu como importante: reafirmar a perspectiva étnico-racial como dimensão inseparável da urbanização brasileira, e, para isso, ousa-se aqui instituir um conceito: Cidade Racializada. As cidades racializadas reproduzem o racismo de maneira a naturalizar a imagem de pobreza e sua associação ao estigma negativo da raça/cor negra. A edificação das formas urbanas passa a comportar conteúdos que (re)compõem o fenômeno racial brasileiro que, por ser estrutura, faz-se presente na segregação socioespacial e grafa a desigualdade racial na cidade de maneira peculiar em relação a outras realidades espaciais, a exemplo da guetização norte-americana. Na precariedade da moradia, há a destituição humana do negro, posto que não somente se veta a moradia digna, mas, também, a simbolização do viver e ser; nega-se o acesso à propriedade, aos espaços de cultura e lazer, à mobilidade espacial e a negação de seu direito à cidade. Eis o que o esforço de inúmeros autores e autoras busca historicamente denunciar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho assumiu a hipótese de que há precariedades habitacionais diferentes para negros de diferentes fenótipos, e de que a desigualdade urbana passa a reproduzir-se de maneira indissociável ao componente raça/cor. No contexto brasileiro, esses parâmetros englobam a centralidade do fenótipo na discriminação racial que, no panorama urbano, edifica a cidade de maneira complexa e dialética. Entende-se que o racismo à brasileira imprime impactos de precariedade de moradia urbana apresentando atravessamentos quantitativos e qualitativos e, nesse segundo caso, revelando o processo de racialização atuante no espaço urbano. Esses aspectos mostram que o impacto diferencial de precariedade habitacional e de negação do direito à cidade para negros está também fortemente relacionado ao próprio desafio de negros de diferentes tonalidades de pele reconhecerem-se conscientemente como sujeitos de etnicidade e negritude.

Ao passo em que se constata reflexos do racismo à brasileira em dimensões materiais e quantitativas, como nas porcentagens de precariedade, incidência de luz solar, tipos de cobertura e mesmo nos materiais utilizados para construir a habitação, bem como em seu valor e segurança atribuídos, há reflexos qualitativos nos sujeitos que ali residem, em sua vivência cotidiana, em sua autocompreensão sobre quem são e qual lugar ocupam na dinâmica da cidade. Analisando-se a hipótese aqui já destacada, passou-se para um segundo momento-movimento, o da exposição da pesquisa, em que a reflexão crítica em diálogo com o empírico reconstrói o fenômeno estudado atentando para suas contradições e limites (MULLER, 1983 apud BORTOLIN E. SOUZA, 2020, p. 49). Na mesma medida, levou-se em conta a perspectiva da materialidade em movimento, compreendendo o dinamismo da vida concreta e material no bairro, que compõe a realidade e "revela inúmeras contradições, que estão em unidade (combinadas), integrando o mesmo processo (o capitalista)" (SALVADOR, 2012, p.102).

O movimento da realidade social estudada, aqui representada pela habitação, é perpassado pelas transformações ocorridas na geografia do bairro ao longo do tempo. Para compreender esse movimento, levaram-se em conta também memórias e narrativas dos moradores que, ao apresentarem suas vivências, trazem percepções riquíssimas e contrastantes sobre o habitar, bem como sobre as mudanças no Jardim Lopes de Oliveira no decorrer de sua existência. Essas entrevistas foram filmadas e compõem parte indispensável deste trabalho, compondo um vídeo intitulado "habITAÇÃO: (re)existência negra no urbano periférico"¹⁴. Sugere-se fortemente ao leitor que assista a este material, uma vez que ilustra e complementa a presente discussão,

Por fim, reafirma-se a perspectiva do trabalho em chamar atenção para as peculiaridades do racismo nacional, buscando investigar as características próprias da desigualdade brasileira na concretização da moradia para a população negra, não endossando qualquer noção de que hierarquias entre sujeitos negros sejam legítima ou adequada, mas, apenas, refletindo sobre os reflexos dessa discriminação sistemática e perversa, ancorada no fenótipo, posta na realidade histórica e que há tempos repercute na geografia brasileira. Para (in)concluir, pergunta-se: seriam pouco efetivos os estudos que se debruçam sobre o panorama habitacional urbano, sem aterem-se às características étnico-raciais? Seria efetivo compreender a precariedade da habitação restrita às suas deficiências infraestruturais? Serão efetivos os estudos urbanos que não compreendam cidadãos como sujeitos racializados? Ao que aqui expusemos, certamente não é possível prescindir dos fundamentos étnicos raciais na análise da geografia das cidades, isto é, precisamos lidar com as Cidades Racializadas.

AGRADECIMENTOS

Agradecimentos vão ao CNPq, que incentivou a pesquisa através do financiamento em Iniciação Científica. Agradecimentos também à Prof.^a Dr.^a Lourdes Carril que orientou a pesquisa e ao Prof. Dr. Marcos Roberto Martines que se disponibilizou a auxiliar na estruturação da metodologia, sobretudo em sua viabilidade estatística.

REFERÊNCIAS

ALMUDI, Dahra Araujo. **Tons do negro nas moradias urbanas periféricas**: reflexos do racismo à brasileira na situação de precariedade habitacional e na negação do direito à cidade no bairro Jd. Lopes de Oliveira, Sorocaba (SP). 2020. Trabalho de Conclusão de Curso em Geografia (Graduação no Curso de Licenciatura em Geografia) – Departamento de Geografia, Turismo e Humanidades, Universidade Federal de São Carlos. Sorocaba, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/14087?fbclid=IwAR1dtg698aYFZsZqERoYUTK2KW31cuLFg0-PYtA3teKxTA5vEcQskHYH2jo>. Acesso em: 3 maio 2021.

BORTOLIN, Bianca Caroline; SOUZA, José Gilberto de. Território e poder: sistema, constructo e alienação territorial. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, edição especial I CIGEO-DR, p. 44-61, dez/2020. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/58467>. Acesso em: 2 fev. 2021. <https://doi.org/10.14393/RCG0058467>

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. **Plano Nacional de Educação em Direitos humanos**: direito à moradia adequada. Brasília: Secretaria Nacional de

¹⁴ Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=krCMVUJrRwE&t=50s>>. Acesso em: 16 de maio de 2021.

Promoção e Defesa dos Direitos Humanos, 2013. Disponível em: http://www.urbanismo.mppr.mp.br/arquivos/File/DH_moradia_final_internet.pdf. Acesso em: 30 mar. 2020.

BURGOS, Rosalina. **Periferias urbanas**: o chão dos catadores no urbano periférico. São Paulo: Humanitas, 2013.

BURGOS, Rosalina. Pesquisa qualitativa: reflexões geográficas a partir de um estudo de caso sobre as contradições urbanas da cidade de Sorocaba – SP. **Geographia Meridionalis**, v. 01, n. 01, p. 145-169, jun/2015. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/Geographis/article/view/5692/4186>. Acesso em: 2 fev. 2021.

CARRIL, Lourdes de Fátima Bezerra de. **Quilombo, favela e periferia**: a longa busca pela cidadania. São Paulo: Annablume, 2006.

CARRIL, Lourdes de Fátima Bezerra. O Rap no quilombo: a periferia dá seu tom. In: AMARAL, Mônica do; CARRIL, Lourdes Carril (org.). **O Hip Hop e as Diásporas Africanas na Modernidade**. Uma discussão contemporânea sobre educação e cultura. São Paulo: Alameda, 2015. ps. 149-165.

CARVALHO, Rogério Lopes Pinheiro de. Aspectos da modernidade em Sorocaba: experiências urbanas e representações 1890-1914. **Revista de História**, São Paulo, 2004, n. 151, ed. 2, p. 201-225. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/2850/285022860008.pdf>. Acesso em: 2 fev. 2021. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9141.v0i151p201-225>

DAMIANI, Amélia Luisa. As contradições do espaço: à (lógica) dialética, a propósito do espaço. In: **O espaço no fim de século**: a nova raridade, 1999.

DAMIANI, Amélia Luisa. Reflexões sobre uma urbanização crítica a partir da metrópole de São Paulo. In: Encontro de Geógrafos da América Latina [EGAL], 8, s/d. **[Anais eletrônicos]**. Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal8/Geografiasocioeconomica/Geografiaurbana/57.pdf>. Acesso em: 2 fev. 2021.

FLUP DIGITAL. **Painel online Quilombo de afetos**. Realização: 2 de junho de 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=7KcvtXWScII>. Acesso em: 24 jun. 2020.

FRANCISCO, Mônica da Silva. Discursos sobre colorismo: educação étnico-racial na contemporaneidade. **Ensaios Filosóficos**, v. 18, p. 97-109, dez./2018. Disponível em: http://www.ensaiosfilosoficos.com.br/Artigos/Artigo18/07_FRANCISCO_Ensaios_Filosoficos_volume_XVIII.pdf. Acesso em: 2 fev. 2021.

HEIDEGGER, Martin. CONSTRUIR, HABITAR, PENSAR. Tradução: Marcia Sá Cavalcante Schuback. **Vortäge und Aufsätz**. Conferência pronunciada por ocasião da "Segunda Reunião de Darmastad", 1954. Disponível em: https://www.fau.usp.br/wp-content/uploads/2016/12/heidegger_construir_habitar_pensar.pdf. Acesso em 20 mar. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **População chega a 205,5 milhões, com menos brancos e mais pardos e pretos**. Brasil: IBGE, 2017. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/18282-populacao-chega-a-205-5-milhoes-com-menos-brancos-e-mais-pardos-e-pretos>. Acesso em: 17 nov. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Projeção da população do Brasil e das Unidades da Federação**. Brasil: IBGE, 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/>. Acesso em: 1 abr. 2020.

IPEA. **Descrição das variáveis da amostra do Censo Demográfico 2010**. Brasil: IBGE, 2010. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/redeipea/images/pdfs/descricao_das_variaveis_censo_2010.pdf. Acesso em: 2 fev. 2021.

JORNADA FEMINISMOS PLURAIS. 2020. Vídeo online. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=4_u2mRK0Rr0. Acesso em: 28 jul. 2020.

KOWARICK, Lúcio. **As lutas sociais e a cidade**: São Paulo passado e presente. São Paulo: Paz e Terra, 1994.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

MARX, Karl. **O Capital**: o processo de produção do capital. Coleção Perspectivas do Homem, v. 38. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1980. (Trilogia o capital, 1).

MORAIS, Maria da Piedade; KRAUSE, Cleandro; NETO, Vicente Correia Lima. (ed.). **Caracterização e tipologia de assentamentos precários**: estudos de caso brasileiros. Brasília: IPEA, 2016.

Disponível em:

https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=28182&Itemid=406.

Acesso em: 31 mar. 2020.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil**: identidade nacional versus identidade negra. 2 ed., 1 reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

NOGUEIRA, O. Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem. **Tempo Social**, v. 19, n.1, p. 287-308, nov/2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ts/v19n1/a15v19n1.pdf>. Acesso em: 2 fev. 2021. 1

PASTERNAK, Suzana. Habitação e saúde. **Metrópole e Saúde**, São Paulo, v. 30, n. 86, p. 51-66, abr./2016. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142016000100051&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 30 mar. 2020. <https://doi.org/10.1590/S0103-40142016.00100004>

RODRIGUES, Arlete Moysés. **Na procura do lugar um encontro da identidade**: um estudo sobre o processo de ocupação de terras: Osasco. 1988. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. Disponível em: <https://pt.slideshare.net/blogarlete/tese-na-procura-do-lugar-o-encontro-da-identidade-um-estudo-do-processo-de-ocupao-de-terras-osaco>. Acesso em: 17 abr. 2019.

SALVADOR, Diego Salomão Candido de Oliveira. A Geografia e o método dialético. **Sociedade e Território**, Natal, v. 24, nº 1, p. 97 - 114, jan./jun. 2012. Disponível em:

<https://periodicos.ufrn.br/sociedadeeterritorio/article/view/3466>. Acesso em: 3 abr. 2020.

<https://doi.org/10.7476/9788523211974>

SANSONE, Livio. **Negritude sem etnicidade**: o local e o global nas relações raciais e na produção cultural negra do Brasil. Salvador: EDUFBA. 2003.

SCHWARCZ, Lília Moritz. **Nem preto nem branco, muito pelo contrário**: cor e raça na sociabilidade brasileira. Rio de Janeiro: Claro Enigma, 2013.

SCHWARCZ, Lília Moritz. **O espetáculo das raças**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SOROCABA (São Paulo). **Planta genérica de valores**. Sorocaba, SP: PREFEITURA DE SOROCABA, 2013. Disponível em: <http://www.sorocaba.sp.gov.br/>. Acesso em: 1 mar. 2019.

SOROCABA. Lei 11.022, de 16 de dezembro de 2014. Dispõe sobre a revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento Físico Territorial do município de Sorocaba e dá outras providências. Sorocaba: Câmara Municipal de Sorocaba, 2014. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a1/plano-diretor-sorocaba-sp>. Acesso em: 2 fev. 2020.

WACQUANT, Loïc. Três premissas perniciosas no estudo do gueto norte-americano. **MANA**, 1996, v. 2, p.145-161, 1996. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/mana/a/wsJFxCmqZXDyLWxcxFvcRCz/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 22 out.

2021. <https://doi.org/10.1590/S0104-93131996000200006>

Recebido em: 24/05/2021

Aceito para publicação em: 03/11/2021